

DESLOCAMENTOS DE SENTIDO DO ENUNCIADO “O PETRÓLEO É NOSSO”

Cristina Teixeira Vieira de Melo*

Introdução

Ainda em seu primeiro mandato, Fernando Henrique Cardoso (FHC) lutou para aprovar no Congresso Nacional a quebra do monopólio do petróleo – até então a cargo exclusivo da Petrobrás. Este projeto fez voltar à cena dois discursos distintos e opostos, com história longa e ramificações políticas, econômicas e filosóficas: a luta entre privatistas e não-privatistas.

Nessa mesma época, início de 1995, os petroleiros entraram em greve reivindicando o cumprimento de um acordo de reposição salarial assinado pelo presidente anterior, Itamar Franco, de quem Fernando Henrique fora Ministro da Fazenda. O fato de o movimento grevista ter sido deflagrado justamente no momento em que o governo FHC enviava ao Congresso Nacional o projeto de privatização da Petrobrás fez com que a greve adquirisse, além do seu caráter salarial, um caráter político. Os petroleiros falavam não só em defesa de seus salários, mas também em defesa do monopólio do petróleo e contra a política de privatização do governo.

De um lado, o governo lutava pela privatização da Petrobrás, mas era acusado pelos defensores do monopólio de entregar o petróleo ao capital estrangeiro; de outro, os petroleiros lutavam por reposição salarial e contra a quebra de monopólio da Petrobrás, mas eram acusados, por uma parte da população e por segmentos organizados que apoiavam a política do governo, de corporativismo e de lutar em prol de seus privilégios.

* Universidade Federal de Pernambuco.

A greve dos petroleiros durou mais de um mês e atingiu o abastecimento de gás de cozinha e de combustível em todo o país. A falta desses produtos no mercado provocou o descontentamento da população, que se sentia prejudicada por ter que enfrentar grandes filas para conseguir gás e gasolina. O governo tirava partido dessa situação no sentido de acelerar as privatizações. Alegava que, se houvesse mais empresas trabalhando nas atividades de exploração, refino e distribuição do petróleo no país, a população não seria prejudicada pela greve de uma companhia, pois haveria sempre outras em funcionamento para atender ao consumidor.

Durante o período de greve, os jornais receberam inúmeras cartas comentando o assunto. Nas cartas, ora os leitores reclamavam dos transtornos causados pelo movimento grevista e, paralelamente, se colocavam a favor do plano de privatização da Petrobrás, ora falavam em defesa do movimento e a favor do monopólio do petróleo. Do momento da deflagração da greve ao final dos três meses subsequentes reunimos um *corpus* de 184 cartas publicadas nos jornais Folha de São Paulo (FSP), O Estado de São Paulo, (OESP), O Globo (GLO) e Jornal do Brasil (JB) a respeito desse tema. Para analisarmos esse conjunto de cartas, utilizamos o aparato teórico da escola francesa de Análise do Discurso (AD), em especial os conceitos de formação discursiva, memória discursiva, interdiscurso e efeito de sentido.

Nesse artigo, analisamos prioritariamente como se deu, durante a greve dos petroleiros de 1995, a reconfiguração discursiva do conhecido enunciado “O petróleo é nosso”. Mostramos que, embora o enunciado tenha sido retomado em todas as suas letras, não assumiu o mesmo sentido da formulação original, uma vez que passou a fazer parte de outro contexto histórico. Isso revela um fato já apontado por Foucault (1971), a saber: os efeitos da memória discursiva podem ser de lembrança, de redefinição, de transformação, de esquecimento, de ruptura e até mesmo de denegação do já-dito. Ao estudar os novos sentidos adquiridos pelo enunciado “O petróleo é nosso”, verificamos como um discurso primeiro, fundador, se cruzou com o discurso da atualidade, e se fez presente em um novo cenário histórico-social.

Aparato teórico de análise

A partir do conceito de formação discursiva (FD), as cartas foram agrupadas de acordo com os seguintes critérios (que na realidade se sobrepõem): cartas contra ou a favor da greve dos petroleiros, contra ou a favor do monopólio do petróleo, contra ou a favor da privatização da Petrobrás.

Pêcheux e Fuchs (1993) explicam que é o conceito de formação discursiva que possibilita o fato de sujeitos falantes, tomados em uma conjuntura histórica determinada, poderem concordar ou se afrontar sobre o sentido das palavras. Segundo eles, “o sentido de uma seqüência só é materialmente concebível na medida em que se concebe a seqüência como pertencente a uma determinada formação discursiva”.¹ Ou seja, “o sentido de uma palavra, expressão, proposição não existe em si mesmo (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo socio-histórico em que as palavras, expressões, proposições, são produzidas (isto é, reproduzidas)”.² Se uma palavra, expressão ou proposição, puder pertencer a mais de uma formação discursiva poderá ter mais de um sentido, não por questões de ambigüidade gramatical (esta só existe formalmente na enunciação), mas porque as condições de produção determinam e limitam o sentido de um enunciado. As mesmas palavras, os mesmos argumentos podem ser usados por diferentes discursos, mas, dependendo de quantas forem as formações discursivas existentes, as mesmas palavras, os mesmos argumentos não falam as mesmas coisas. Dependendo de onde “socialmente” se fala, ou se ouve, o mesmo discurso pode ter implicações e conseqüências distintas. Daí, por exemplo, o discurso de um partido político poder conter enunciados usados por outros partidos. No entanto, na medida em que retiramos de um discurso fragmentos que inserimos em outro, mudamos, com essa transposição, as condições de produção. Mudadas as condições de produção, a significação desses fragmentos ganha nova configuração semântica. É o que aconteceu, por exemplo, com o enunciado “O petróleo é nosso” na greve dos petroleiros de 1995, como ficará mais claro adiante.

É também a noção de formação discursiva que vai explicar escolhas lexicais tão diferenciadas ao se nomear os mesmos fatos e pessoas. Por exemplo, durante a paralisação dos petroleiros, em 1995, os funcionários em greve foram classificados de maneiras distintas e opostas pelos leitores que escreveram cartas à redação. Nas cartas favoráveis à greve, a referência aos petroleiros e à greve é positiva; nas cartas contrárias a referência é negativa. Vejamos, nos quadros a seguir, como se deu o processo de referenciação aos petroleiros em greve e ao movimento grevista nas duas FDs:

1 PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. Tradução: Péricles Cunha. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p. 163-252.

2 Ibid.

QUADRO 01 - EXPRESSÕES UTILIZADAS PARA REFERENCIAR OS PETROLEIROS EM GREVE

Referência aos petroleiros	
<i>FD a favor da greve</i>	<i>FD contrária à greve</i>
Petroleiros	Petroleiros em greve
Grevistas	Bando de grevistas
Grevistas insatisfeitos	Grupos baderneiros travestidos de sindicalistas
Trabalhadores	Baderneiros e sabotadores do plano real
Trabalhadores da Petrobrás	Petrobaderneiros
Trabalhadores organizados que lutam pelos seus direitos	Casta de trabalhadores estatais
Empregados da Petrobrás	Parasitas sociais
	Marajás que mamam no fundo de pensão da Petrobrás
	Ufanistas contemporâneos
	Petroleiros irresponsáveis e egoístas
	Radicais, prepotentes e presunçosos arrogantes membros dos diversos sindicatos vinculados à CUT
	Grupos corporativistas
	Sindicalistas irresponsáveis
	Alucinados travestidos de trabalhadores

QUADRO 02 - EXPRESSÕES UTILIZADAS PARA REFERENCIAR A GREVE DOS PETROLEIROS

Referência à greve	
<i>FD a favor da greve</i>	<i>FD contrária à greve</i>
Greve dos petroleiros	Baderna
Crise dos petroleiros	Infantil baderna
Pleito dos petroleiros	Badernocracia
Greve dos serviços públicos	Insólita greve dos petroleiros
	Greve geral
	Greve imbecil
	Greve inconstitucional, imoral e abusiva
	Greve ilegal, abusiva e facista
	Ação revolucionária
	Molecagem corporativista e retrógrada

É interessante notarmos que dentro da mesma FD – seja ela favorável ou contrária à greve – surgiu uma espécie de sinonímia entre palavras que, em condições normais, não se equivaleriam. É justamente a noção de formação discursiva que autoriza esta relação parafrástica de substituição. Determinadas expressões, que no dia a dia não são usadas como equivalentes, são tomadas como sinônimas dentro de uma mesma formação discursiva. Fica claro, portanto, que certas equivalências só valem no interior de uma mesma formação discursiva. Por exemplo, não é em qualquer discurso que “parasitas sociais” será equivalente a “petroleiros em greve”; que “ufanistas contemporâneos” seja o mesmo de “petrobaderneiros”, e que “greve geral” equivala a “molecagem corporativista e retrógrada”. No entanto, como em AD os fenômenos não são referidos num mundo extralingüístico, mas objetos do discurso, essas re-categorizações tornam-se verdadeiras, especialmente em se tratando de um discurso contrário à greve dos petroleiros que objetiva desqualificar o movimento e seus participantes.

Pêcheux e Fuchs (1993, p. 169) dizem ainda que a produção do sentido é estritamente indissociável da relação de paráfrases entre seqüências possíveis de serem ditas pelo sujeito numa situação enunciativa, de forma que a família parafrástica destas seqüências constitui o que se poderia chamar a “matriz de sentido”. Isto equivale a dizer que é a partir da relação no interior dessa família que se constitui o efeito de sentido. Isto os leva a afirmar que, uma FD é constituída por um sistema de paráfrase, isto é, é um espaço em que enunciados são retomados e reformulados

num esforço constante de fechamento de suas fronteiras em busca da preservação de sua identidade.

Uma vez que as palavras só adquirem sentido dentro de uma formação discursiva, concebemos o sentido como algo produzido historicamente pelo uso, e o discurso como o efeito de sentido entre locutores posicionados em diferentes perspectivas. Assim, o processo de enunciação, na perspectiva discursiva, vincula a linguagem ao seu contexto e o centro organizador da expressão deve ser buscado no exterior, na ideologia.

Pêcheux e Fuchs afirmam ainda que toda formação discursiva também se associa, de maneira geral, a uma memória discursiva. É a memória discursiva que torna possível a toda formação discursiva fazer circular formulações anteriores, já enunciadas. Ou seja, a memória discursiva diz respeito à recorrência de enunciados no discurso, ela separa e elege, dentre os elementos de uma determinada contingência histórica, aquilo que deve ser rejeitado e o que pode emergir e ser atualizado num novo contexto, produzindo determinados efeitos. A noção de memória discursiva exerce, portanto, uma função ambígua no discurso, na medida em que recupera o passado e, ao mesmo tempo, o elimina com os apagamentos que opera.

A censura, por exemplo, visa a eliminar qualquer incoerência ou perigo que possa surgir do interdiscurso, pois, os elementos contraditórios podem entrar em choque e minar o sistema ideológico que domina uma formação discursiva. Ou seja, dentro de cada formação ideológica, há toda uma série de elementos que não podem aflorar na superfície discursiva porque representam perigo, são fatores de desequilíbrio, de desestabilização de uma FD. Por exemplo, como se verá mais à frente, a questão do entreguismo desaparece das cartas favoráveis à privatização da Petrobrás, assim como a questão do corporativismo é censurada nas cartas a favor da greve dos petroleiros. Assim, a censura e o silêncio constituem eficientes estratégias ideológicas.

No pólo oposto do silenciamento está a repetição, que também se reveste de um caráter essencialmente ideológico. Quanto mais se está distante no tempo do momento da origem de um evento fundador, mais a memória se enfraquece, se esvazia, se torna mecânica. Segundo Courtine e Marandin (1981), para neutralizar esse efeito, o grupo social cria “rituais discursivos de continuidade”. De acordo com Courtine (1982), é a repetição do ato fundador que vai justificar ideologicamente a manutenção e coesão do grupo social. Será ela que estará reavivando continuamente a razão de ser do grupo. Tratamos de uma ideologia justificadora cujo papel de mediadora da integração social vai fornecer ao grupo uma imagem de si mesmo e lhe dar identidade.

Por exemplo, é importante explicar aos mais jovens todo o sentimento nacionalista embutido na frase “O petróleo é nosso”, no sentido de captar a adesão de um público que não viveu a luta da campanha pró-petróleo no Brasil dos anos 50; é importante revigorar as motivações iniciais que permitiram a criação deste slogan, (re)fabricando um entusiasmo coletivo em torno desta causa (ou, contrariamente, em tempos de globalização, podemos retomar o slogan para ridicularizá-lo, ironizá-lo).

A repetição configura-se, assim, como um dos procedimentos básicos de recuperação do passado e constitui uma noção fundamental para a Análise do Discurso. De acordo com Foucault (1971), a repetição é um elemento que se inscreve no interior mesmo da ordem discursiva. De fato, os discursos se repetem tanto “sincronicamente” no fio do seu desenrolar, na superfície lingüística, quanto “diacronicamente” no fio do tempo, fazendo com que os mesmos temas, as mesmas formulações, as mesmas figuras voltem, reapareçam, como foi o caso da polêmica em torno do monopólio do petróleo que ressurgiu durante a greve dos petroleiros de 1995. Dessa forma, ao tomarmos a palavra, retomamos em nossa fala o que ignoramos pertencer ao já-dito (pré-construído). Repetimos discursos que por sua vez serão também repetidos.

Nesse processo de repetição ao infinito, concretizado através de inúmeras falas, os discursos se dispersam em enunciados que, por serem repetições, não constituem nem retomadas literais, nem formulações criadas ao acaso. Mesmo que os enunciados sejam retomados palavra por palavra, ocorre um deslizamento do mesmo para o outro. Pois, a noção de repetição envolve a idéia do retorno do mesmo, mas, pelo fato de voltar em outro lugar e em outro tempo, é outro.

O enunciado “O petróleo é nosso”, por exemplo, foi objeto dessa luta. No passado ele era usado em defesa do monopólio do petróleo. Na greve dos petroleiros em 1995, passou a ser utilizado contra o monopólio. Este fato ilustra bem a tese da AD, segundo a qual os sentidos dos enunciados são consequência dos discursos a que pertencem. Por isso, Foucault (1971) afirma que a língua é a base de processos discursivos diferenciados.

Após a classificação das cartas em formações discursivas (FDs) distintas, voltamos a atenção para o aspecto argumentativo, sublinhando qual o argumento base presente em cada uma das FDs (*topoi* discursivo). Uma primeira análise mostrou-nos que determinados *topoi* discursivos se repetiam de maneira sistemática nos textos. Agrupamos as cartas levando em consideração os *topoi* presentes, para em seguida verificar de que maneira eram feitas as tematizações. No quadro a seguir, apresentamos quais foram esses *topoi* e seu grau de tematização nas cartas.

TABELA 01 - PRINCIPAIS *topoi* DISCURSIVOS SOBRE A GREVE E GRAU DE TEMATIZAÇÃO

<i>Topos</i> discursivo	Cartas a favor da greve	Cartas contra a greve
Corporativismo	Apagamento total	Fortemente tematizado
Entreguismo	Fortemente tematizado	Apagamento total
Monopólio da Petrobrás	Tematizado	Tematizado
Ilegalidade da greve	Apagamento parcial	Fortemente tematizado
Acordo Itamar/petroleiros	Tematizado	Apagamento parcial
Prejuízo da população	Apagamento parcial	Tematizado
Privatização	Tematizado	Tematizado

Chama-nos atenção o fato de os *topoi* “corporativismo” e “entreguismo” serem não apenas “tematizados” nas cartas, mas “fortemente tematizados”. Além disso, quando um deles aparece num dos conjuntos é automaticamente omitido do outro. É fácil entender porque. Como já dissemos, a deflagração da greve ocorreu justamente no momento em que o governo FHC iniciava os debates em torno da privatização da Petrobrás. Em conseqüência, (re)colocou-se em pauta a polêmica em torno do monopólio do petróleo. No entanto, a questão do monopólio foi (re)tomada, (re)produzida e (re)configurada de maneira bastante diferenciada em cada um dos conjuntos de carta em análise.

Nas cartas a favor da greve, o monopólio estatal foi tematizado basicamente pela perspectiva do entreguismo. Os leitores argumentavam que, caso o governo viesse a privatizar a Petrobrás estaria entregando aos estrangeiros, em especial aos americanos, um importante patrimônio natural do país, o petróleo. Em prol desse discurso, evocavam-se sentimentos de patriotismo em defesa do “nosso petróleo de boa qualidade e estrategicamente bem situado”, criando-se uma disputa entre “nós” (brasileiros) e “eles” (estrangeiros).

Nas cartas contrárias à greve, a questão do entreguismo é totalmente silenciada e surge uma outra: o corporativismo dos funcionários da Petrobrás, que não aparece nas cartas a favor da greve. Para aqueles que se colocavam a favor da privatização da Petrobrás, o monopólio nacional do petróleo seria uma questão velha, ultrapassada. Provavelmente, a lógica por trás desse raciocínio é a de que, em tempos de globalização, não há porque se falar, e muito menos se preocupar ou temer, o “domínio estrangeiro”, “o cartel internacional”, “o grande capital”, “os interesses multinacionais”. Os que se colocavam contra o monopólio argumentavam que, na verdade, a preocupação deveria recair sobre os grupos corporativos que, ao defenderem os monopólios estatais, estariam defendendo seus interesses pessoais e não os da nação. Por sua vez, os grevistas negavam possíveis interesses corporativos com a greve.

Vale ressaltarmos que, mesmo se os petroleiros tivessem interesses corporativos com a greve, seria impossível – ou ao menos inapropriada – a defesa de interesses particulares quando a questão do monopólio diz respeito a uma causa política e pública. É por esse motivo, e não por ser falsa, que a questão do corporativismo não aparece nas cartas a favor do movimento grevista.

Verificamos que com relação aos *topoi* entreguismo e corporativismo, instalou-se, um processo de rejeição em que a presença de um determinado elemento invalidava o surgimento de um segundo. Isto se deu porque, as formações discursivas aqui analisadas (contra e a favor da greve) são incompatíveis e contraditórias. Já os outros *topoi*, “ilegalidade da greve”, “acordo Itamar/petroleiros”, “prejuízo da população” e “privatização da Petrobrás”, aparecem em ambos os conjuntos de cartas, ainda que em graus de presença diferentes.

O percurso discursivo do enunciado “o petróleo é nosso”

Ao analisarmos a propaganda institucional da Petrobrás do final da década de 70, Helena Brandão (1988) indaga onde está a força da repetibilidade desta seqüência, ou melhor, quais os elementos constitutivos que a tornam sempre reatualizável.

Do ponto de vista lingüístico, Brandão mostra que a cópula *é*, em “O petróleo é nosso”, faz equivaler duas palavras igualmente explosivas para as circunstâncias históricas vividas na época em que o slogan surgiu, a saber, “petróleo” e “nosso”. Como afirma Brandão, após a segunda grande guerra, o petróleo representava a questão chave da economia política mundial, constituindo-se em riqueza indispensável aos países que quisessem se industrializar e conquistar sua independência.

Por sua vez, o fragmento “nosso”, bem como toda a fórmula “O petróleo é nosso”, possuía (e ainda possui) um forte impacto emocional no discurso pró-nacionalismo, despertando no destinatário o sentimento de patriotismo. O dêitico “nosso” – característico do discurso político e de todo discurso de caráter nacionalista, nunca teve uma história tão rica quanto a referente à sua presença no discurso sobre o petróleo. “Nosso” representava a pátria, o país, o Brasil, os brasileiros, fazendo com que o indivíduo se identificasse e se solidarizasse com a coletividade. Portanto, no lugar de “O petróleo é nosso” também poderiam figurar as paráfrases “O petróleo é do Brasil”, “O petróleo é dos brasileiros”, “O petróleo é do povo brasileiro”.

Apelando para um sentimento nacionalista, o slogan agrupava os indivíduos sob o signo da “brasilidade”, ignorando o fato de que poderia haver pessoas, grupos

e partidos que se opusessem ao monopólio. O slogan apagava possíveis diferenças, unindo a todos, ou seja, mesmo servindo a uma determinada ideologia, a uma determinada causa política, fazia um apelo aos interesses coletivos da nação.

Segundo Olivier Reboul (1975), o traço característico de todo slogan é justamente esse, fazer as pessoas “irem na onda”, fazê-las agir sem que possam discernir a força que as impele. Ele lembra que o slogan, apesar de ser da mesma natureza da ideologia, dela se diferencia, como a parte do todo, como o atual do virtual, representa uma das materialidades lingüísticas da ideologia.

...a palavra *éclat*, com todos os seus sentidos possíveis, é a que melhor caracteriza o slogan no seu relacionamento com a ideologia. *Éclat* no sentido de produto de uma explosão; mas também o próprio ato de explodir, mesmo o de produzir uma explosão; no sentido de fragmento de um corpo duro (lasca), que foi a mais primitiva das armas de corte; no sentido de intensidade de um clarão, mais ofuscante do que iluminadora; no sentido de brilhante... o slogan é um *éclat* de ideologia (Reboul, 1975, p. 123).³

De acordo com Reboul, o slogan engana, repete (e é repetível), assedia, cega, extingue o pensamento, destrói as condições de verdade do enunciado. E, “se a palavra “slogan” é pejorativa é porque aquilo que ela designa é necessariamente uma fórmula sumária, polêmica e autodissimuladora”.

Linguagem necessariamente sumária: o que não significa que ela minta sempre; mas refere-se frequentemente a realidades que escapam a todo controle; resiste portanto à análise e à verificação. Linguagem polêmica, porque a ideologia, sendo partidária, está em geral em conflito com outras; dá sua lógica dicotômica e seu moralismo maniqueísta. Linguagem dissimuladora, que oculta seu destinador sob a aparência de um SE universal, seu apelo às paixões sob a aparência de um discurso objetivo (Reboul, 1975, p. 122).⁴

3 REBOUL, O. *O slogan*. Tradução: Ignácio Assis Silva. São Paulo: Cultrix, 1975.

4 Ibid.

De fato, através de uma formulação simples e marcante, a seqüência “O petróleo é nosso” sintetiza o ideal da campanha pró-petróleo, canalizando e expressando o anseio popular por uma determinada causa. É uma forma que se apresenta como se fosse irrefutável, incisiva e categórica, capaz de instaurar uma relação dicotômica sugerida por elementos extralingüísticos situados no contexto político em que, de um lado estamos “nós”, os brasileiros, e, do outro, “eles”, os estrangeiros, o truste internacional. Propaga-se: “O petróleo é nosso” para obter a conclusão contrária: o petróleo não é deles, tematizando-se, assim, a questão do entreguismo, tão recorrente e fundamental no discurso pró-petróleo. Vale destacarmos que, na década de 50, o sentimento nacionalista se fazia muito presente no Brasil.

Além de fazer aderir, prender a atenção e sintetizar uma idéia, Reboul mostra ainda que o slogan é essencialmente perlocutório. O que conta mesmo não é o seu sentido, mas o que se produz por meio do que se diz, o efeito da fala sobre o interlocutor. Seja qual for a sua função aparente, a função real do slogan não está no seu sentido, mas no seu impacto, não está no que ele diz, mas no que ele quer fazer.

Ainda do ponto de vista lingüístico, Brandão diz que a forma verbal “é” – no presente – é intemporal; ela transcende as limitações temporais e imprime à seqüência um caráter de permanência. A força da seqüência “O petróleo é nosso” está justamente no fato de constituir o nóculo para o qual converge todo um feixe de enunciações produzidas sobre o tema no passado, reatualizados no presente e a serem formuladas no futuro.

Tanto é assim que, em 1995, durante a greve dos petroleiros, o enunciado continuava válido, embora inserido em um novo contexto sociohistórico. Proclamava-se: “O petróleo é nosso”. Restava saber de quem. Ou seja, restava saber quem ocupava a posição de enunciador, quem era esse “nós” do discurso. Veremos que pelo menos duas interpretações serão dadas a esse “nós”: 1) os brasileiros, a nação brasileira, 2) os grevistas da Petrobrás.

Como já dissemos, “nosso” é um dêitico e, para interpretá-lo, é necessário verificar para onde ele aponta, levar em consideração quem está falando, quem se encontra na posição de enunciador, buscar a identidade do produtor do discurso. Quem é esse “nós” que fala? O povo brasileiro, o governo, os membros dos partidos de esquerda, os defensores do monopólio do petróleo etc.?

Na década de 50, a interpretação semântico-pragmática do slogan “O petróleo é nosso” convergia para um só ponto, em que “nosso” pretendia representar a nação, o povo brasileiro. Durante a greve dos petroleiros de 95, a análise do *corpus* mostra que não houve mais essa unanimidade de leitura, “nosso” passou a ter pelo menos duas interpretações distintas: 1) continuou sendo empregado com o sentido de nação, 2) passou a remeter os petroleiros em greve.

Nas cartas a favor da greve, o dêitico “nosso” manteve o seu sentido nacionalista e genérico. Os leitores outorgavam-se o direito de falar em nome de todos os brasileiros, usando o pronome “nosso” para representar a voz dessa coletividade, da nação, da pátria:

[01]- ...o Governo brasileiro está sendo compelido pelos americanos a abrir o monopólio constitucional, para que eles possam “democraticamente” se apossar da *nossa* tecnologia, do *nosso* patrimônio, do *nosso* mercado, do *nosso* petróleo de boa qualidade barato e estrategicamente bem situado, através da atuação perniciosa de um cartel internacional. (GLO)

Neste exemplo, tematizamos a questão do entreguismo, *topoi* que, como vimos, sempre surge nas cartas a favor da greve quando é mencionada a palavra “monopólio”. Aqui, a exploração do petróleo é vista como uma atividade de soberania nacional e, acabar com o monopólio equivaleria a “entregar o petróleo brasileiro ao domínio estrangeiro”, “entregar a Petrobrás aos interesses multinacionais”, “favorecer poderosos grupos econômicos internacionais interessados nos negócios petrolíferos do Brasil”.

Outro tema que merece destaque nas cartas a favor da greve, quando o assunto é monopólio, é o valor que a Petrobrás tem para o país. Um exemplo:

[02]- É inconcebível que um governo que não se aprofundou em recuperar a *história da Petrobrás*, nem tampouco procurou entender o exato valor e os feitos da Vale do Rio Doce, tente apressar a privatização ou venda de um patrimônio absolutamente diferenciado de nosso subsolo. (FSP)

Nas cartas contrárias à greve, a clássica oposição *nosso X deles* (nós X eles), sugerida no enunciado “o petróleo é nosso”, adquire um novo direcionamento discursivo. O pronome “deles” (e “eles”), que anteriormente designava os estrangeiros, o truste internacional, passa a referir os trabalhadores em greve da Petrobrás, denominados “os donos do petróleo”. Como já dissemos, a tematização do entreguismo é eliminada do discurso contra o monopólio. Em contrapartida, surge um novo tema, o corporativismo dos funcionários da Petrobrás. Para os que atacavam a greve, o monopólio não existiria para manter a soberania nacional, mas

para manter os privilégios dos petroleiros. Esse argumento é recorrente neste conjunto de cartas. O dêitico “nosso” deixou de referir a nação e passou a significar o grupo de grevistas da Petrobrás. O povo brasileiro foi retirado da posição de enunciador e, em seu lugar, foram colocados os petroleiros em greve. O petróleo não era mais da nação, mas dos petroleiros em greve. Vejamos alguns exemplos:

[03]- O petróleo é nosso! Mas a Petrobrás *é deles e da CUT*. Até quando o Brasil vai ser refém de privilegiados funcionários das estatais? Privatização já! (OESP)

[04]- Antônio Carlos Spis [...] confessa que a greve dos petroleiros *é política* – em defesa de privilégios (*deles*) e mascarada de econômica. (FSP)

[05]- Com tão providencial ajuda, foi possível a esmagadora votação de flexibilização do monopólio específico, haja vista que agora, verdadeiramente, podemos dizer que a Petrobrás e o petróleo não são somente *deles*, mas sim, de todos os brasileiros. (GLO)

[06]- ...o monopólio é da União, não de uma empresa, menos ainda de seus funcionários marajás. E, se *os donos do petróleo* se negam a produzi-lo, poderemos nos contrapor, economizando-o. (OESP)

[07]- Será que esse corporativismo retrógrado da Petrobrás não consegue entender que *o petróleo não é deles*, e sim da Nação? (JB)

[08]- ...*O petróleo não é mais nosso*. Somos reféns, não só dos monopólios, mas também de alguns radicais, que colocam a emoção acima da razão. (GLO)

[09]- ...*a Petrobrás não é propriedade da CUT nem do PT*. A Petrobrás é propriedade de todos os brasileiros. (OESP)

Diferentemente do que poderíamos esperar, o enunciado “O petróleo é nosso” não surgiu em carta alguma a favor da greve. Este enunciado só veio aparecer no discurso contra o monopólio. Este fato comprova a idéia de Foucault (1971) de que todo discurso é interdiscurso.

A partir dos trabalhos de Foucault, uma FD deixou de ser vista como a expressão cristalizada da visão de mundo de um grupo social, passando a ser um

domínio aberto e consciente, uma realidade heterogênea por si mesma. Sobre isso, Maingueneau (1993, p. 120) escreve que

...um enunciado de uma formação discursiva pode, pois, ser lido em seu direito e em seu avesso: em uma face, significa que pertence a seu próprio discurso, na outra, marca a distância constitutiva que o separa de uma ou várias formações discursivas.⁵

Ainda segundo Maingueneau (1993), “a unidade de análise pertinente da AD não é o discurso, mas o interdiscurso, o espaço de trocas entre vários discursos convenientemente escolhidos.” Assim, o estudo da especificidade de um discurso se faz colocando-o em relação com outros discursos e, o interdiscurso passaria a ser o espaço de regularidade pertinente, do qual os diversos discursos não seriam senão componentes. Esses discursos teriam a sua identidade estruturada a partir da relação interdiscursiva e não independentemente uns dos outros para depois serem colocados em relação.

Courtine e Marandín (1981) também afirmam que a noção de FD implica a relação com o interdiscurso, a partir do qual ela se define. Segundo eles, uma formação discursiva é constituída-margeada pelo que lhe é exterior, logo por aquilo que af é estritamente não-formulável, já que a determina.

O interdiscurso consiste em um processo de reconfiguração incessante no qual uma formação discursiva é conduzida [...] a incorporar elementos preconstruídos produzidos no exterior dela própria: a produzir sua redefinição e seu retorno, a suscitar, igualmente a lembrança de seus próprios elementos, a organizar sua repetição, mas também a provocar eventualmente seu apagamento, o esquecimento ou mesmo a denegação.⁶

5 MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. 2. ed. Tradução: Freda Indursky. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

6 COURTINE, J. J.; MARANDIN, J. M. Quel objet pour l'Analyse du Discours? In: COURTINE, J. J.; MARANOIN, J. M. *Matérialités Discoursives*. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1981.

Como consequência dessa heterogeneidade própria a toda FD, Courtine e Marandin a caracterizam como uma unidade dividida, que tem como princípio constitutivo a contradição, tomando como apoio a afirmação de Foucault (1971, p. 186):

Tal contradição, longe de ser aparência ou acidente do discurso, longe de ser aquilo de que é preciso libertá-lo para que ele libere enfim sua verdade aberta, constitui a própria lei de sua existência: é a partir dela que ele emerge, é ao mesmo tempo para traduzí-la e para superá-la que ele se põe a falar [...], é porque ela está sempre aquém dele e ele jamais pode contorná-la inteiramente, que ele muda, que ele se metamorfoseia, que ele escapa por si mesmo à sua própria continuidade. A contradição funciona, então, no fio do discurso, como o princípio de sua historicidade.⁷

Portanto, embora condicione o que deve e pode ser dito buscando uma homogeneidade discursiva, a FD é uma realidade heterogênea; os efeitos das contradições ideológicas são recuperáveis no interior mesmo da “unidade” dos conjuntos de discurso. Isso leva a constatar que uma FD não é “uma única linguagem para todos” ou “para cada um sua linguagem”, mas que numa FD o que se tem é “várias linguagens em uma única”. Uma FD é atravessada por várias FDs, e as condições de possibilidades semânticas se concretizam num espaço de trocas, mas jamais enquanto identidade fechada.

Durante a greve dos petroleiros de 1995, a heterogeneidade constitutiva de toda FD se faz presente no reaparecimento do enunciado “O petróleo é nosso”. Como já assinalamos, este enunciado só ressurge em sua literalidade nas cartas a favor da quebra do monopólio da Petrobrás, o que a princípio seria um contra-senso. No entanto, se, por um lado, o enunciado “O petróleo é nosso” era incorporado ao discurso contra o monopólio, por outro, os leitores procuravam indicar, por meio de estratégias lingüísticas, que esta seqüência estava “deslocada” nas cartas, ou seja, que na realidade ela pertencia a um outro discurso, ao discurso dos monopolistas. Para tanto, marcavam a alteridade discursiva pelo uso das aspas ou pelo emprego do discurso direto. Nos exemplos da página seguinte, esse mesmo recurso foi usado para indicar que as expressões “coisa nossa”, “propriedade do povo”, “patrimônio

7 FOUCAULT, M. *Arqueologia do saber*. Tradução: L. F. Baeta Neves. Petrópolis: Vozes, 1971.

do povo”, e as palavras de ordem “viva a nossa Petrobrás” e “ordem e progresso”, também pertenciam a um discurso outro.

Inúmeras vezes, logo após a expressão aspeada, os leitores acrescentavam uma glosa ou um comentário, no sentido de tornar ainda mais explícitas as críticas ao discurso estatizante. Esses comentários são adjetivados negativamente (“ridículo!”, “as resistências derrotadas de origem espúria”, “uma insólita greve”, “manutenção demagógica”, “falácias muito mais adequadas às repúblicas de bananas”) para ressaltar que tanto a greve quanto o monopólio trazem prejuízos à nação, como vemos nos exemplos:

[10]- Nossos agradecimentos à Federação Única dos Petroleiros (FUP), à CUT e demais agregados pela greve de 30 dias, pelo radicalismo, pelo desrespeito à Justiça do Trabalho e pela palavra de ordem “*o petróleo é nosso*”. (GLO)

[11]- Durante muitos anos fiz parte da legião de defensores do lema “*o petróleo é nosso*” e “*viva a nossa Petrobrás*”. Ridículo! Agora vejo claramente os riscos terríveis deste insólito monopólio. (JB)

[12]- Superada a tese e não havendo mais razão para que persista o lema “*o petróleo é nosso*”, com o sentido de exclusividade monopolística, é de admirar que ainda remanesçam as resistências derrotadas de origem espúria! (OESP)

[13]- Na década de 40 um movimento popular empolgou as massas: *o petróleo é nosso*. [...] Ninguém poderia imaginar àquela época que algum dia uma insólita greve de petroleiros viesse a prejudicar o povo. (GLOB)

[14]- Na década de 50, “*o petróleo é nosso*” era uma grande receita. Os barbudos de Cuba davam ibope, assim como o trio “Los Panchos”, que cantando boleros estavam em primeiro lugar. “*O petróleo é nosso*”. Viva o trio “Los Panchos”! Abaixo a concorrência, a organização, o trabalho, a democracia! Vamos produzir greves políticas pois é fácil: nada se perde e acaba em pizza. (FSP)

[15]- Graças ao despertar da consciência, a manutenção demagógica de frases como “*O petróleo é nosso*” e “*Propriedade do povo*”, que não passam de falácias muito mais adequadas às “repúblicas de bananas”... (GLO)

[16]- Não está na hora de levarmos a sério o que ocorria com a Companhia Siderúrgica Nacional, também cognominada “*patrimônio do povo*”? (JB)

Estes exemplos deixam entrever que um importante argumento utilizado pelos que querem a privatização é o de que o discurso nacionalista, em favor do monopólio, é um discurso velho, retrógrado, ultrapassado, que deve ser deixado para trás, caso contrário não se conseguirá o desenvolvimento. Este argumento fica ainda mais explícito nos exemplos abaixo:

[17]- ...onde se insere “ordem e progresso”, com superposição daquele lema, que poderia ser mais completo: “*o petróleo é nosso porque também somos fossilizados*”. Afinal, por terem sua proviniência no estado fóssil, não se sentiriam mais à vontade como retrógados e inimigos do progresso – o que seria, porém, uma contradição com os dizeres da bandeira? (OESP)

[18]- A greve dos petroleiros mostra a necessidade urgente de duas providências: privatizar a *Petrossauro* e “arrumar” um trabalho para Lula e Vicentinho. (FSP)

[19]- Estamos em plena vigência da onda de greves do cutismo estatal. estão paradas a *Petrossauro*, a *Eletrossauro*, a *Telessauro* e outras gigantes estatais prometem cruzar os braços em defesa de suas mordomias. Se o preço que a sociedade – que votou pela modernização do país – tem de pagar para nos livrarmos desses *mastodontes pré-históricos* é ficar alguns dias sem gás, combustíveis, energia elétrica e telecomunicações, é muito baixo e devemos pagá-lo com galhardia. (OESP)

Conclusão

A análise que fizemos aqui com o enunciado “O petróleo é nosso” mostra que as palavras estão vivas produzindo sentidos que, longe de estarem cristalizados, acompanham o momento histórico e cada grupo produz e interpreta os sentidos dentro dessas condições histórico-sociais. Assim, há sempre uma possibilidade de movimento, de transformação do sentido, inclusive para formas lingüísticas muito rígidas como o slogan.

Em meio a esses movimentos dos sentidos, cabe ao analista de discurso fazer desaparecer e reaparecer as contradições inscritas nos jogos discursivos, não com o objetivo de nivelá-las ou pacificá-las, mas, como lembra Foucault (1971) para demarcar o ponto em que elas se constituem, definir a forma que assumem, as relações que têm entre si e o domínio que elas comandam.

RESUMO

Este trabalho volta sua atenção para o deslocamento de sentido do enunciado “O petróleo é nosso” num conjunto de cartas de leitores publicadas nos jornais Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, O Globo e Jornal do Brasil, a respeito de um acontecimento discursivo específico, que ganhou destaque na imprensa nacional no ano de 1995: a greve dos petroleiros. Para analisar tal fato utilizamos o aparato teórico da Escola Francesa da Análise do Discurso, em especial os conceitos de formação discursiva, memória discursiva, interdiscurso e efeito de sentido.

Palavras-chave: Cartas à redação, memória discursiva, sentido.

ABSTRACT

This paper focuses on the movement of meaning in the phrase “The oil is ours” in a group of readers’ letters published in the newspapers Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, O Globo e Jornal do Brasil. These letters concern a specific discursive fact in 1995: the oil workers strike. This fact will be analyzed from the theoretical point of view of Frech Discourse Analysis, with special attention to the concepts of discursive formation, discursive memory, interdiscourse and effects of meaning.

Key-words: Reader’s letters, discursive memory, discursive formation.

REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, H. M. *Dialogismo e polifonia enunciativa – análise do discurso da propaganda*. São Paulo, 1988. Tese (Doutorado) - PUC/SP.
- COURTINE, J. J. Définition d’orientations méthodologiques en Analyse de Discours. *Philosophiques*, Paris, v. 9, n. 2.

COURTINE, J. J.; MARANDIN, J. M. Quel objet pour l'Analyse du Discours? In: COURTINE, J. J.; MARANOIN, J. M. *Matérialités discursives*. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1981.

FOUCAULT, M. *Arqueologia do saber*. 3. ed. Tradução: L. F. Baeta Neves. Petrópolis: Vozes, 1971.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em Análise do Discurso*. 2. ed. Tradução: Freda Indursky. São Paulo: Ed. da Unicamp, 1993.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. Tradução. Péricles Cunha. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 2. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993. p. 163-252.

REBOUL, O. *O slogan*. Tradução: Ignácio Assis Silva. São Paulo: Cultrix, 1975.